

TCU vai apurar método das investigações secretas da Receita

O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, [determinou](#) a abertura de inspeção na Receita Federal para apurar os métodos de trabalho da "equipe especial de fraudes". Em despacho desta quarta-feira (27/2), ele informa que quer averiguar a "legalidade, legitimidade e eficiência" das investigações secretas tocadas pelo grupo, além de apurar o desvio de finalidade das ações. O ministro é o relator das contas da Receita para o biênio 2018-2019.



Ministro Bruno Dantas disse que quer averiguar a "legalidade, legitimidade e eficiência" das investigações secretas tocadas pelo grupo, além de apurar o desvio de finalidade das ações

Divulgação

A ordem foi dada com base em representação do subprocurador-geral da República Lucas Rocha Furtado, representante do Ministério Público Federal no TCU. No pedido, ele afirma que a corte precisa inspecionar a Receita para apurar a legalidade e finalidade dessa equipe especial, diante dos vazamentos de informações sigilosas sobre contribuintes, que indicam que as atividades do grupo extrapolam as competências da Receita Federal.

Conforme revelou [reportagem](#) da **ConJur** do início deste mês, a equipe especial de fraudes foi montada para investigar o patrimônio de "agentes públicos". De acordo com documento interno da Receita, essas investigações são feitas a partir do cruzamento de dados, em busca de indícios de crimes como lavagem de dinheiro e corrupção, o que foge às atribuições tributárias do Fisco. Entre os contribuintes investigados estão o ministro Gilmar Mendes, a mulher do ministro Dias Toffoli, a ministra Isabel Gallotti, do STJ, e o desembargador Luiz Zveiter, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

De acordo com o ministro Bruno Dantas, "situações de desvios como a relatada pelo representante colocam em risco a imagem da Receita Federal e, no limite, podem ocasionar uma crise institucional com imensurável impacto na arrecadação tributária do país e nas contas públicas". "Como não nos cabe atuação disciplinar, os olhos do controle devem se voltar às estruturas de governança e aos procedimentos de controle existentes para evitar a ação de servidores em atividades que extrapolem o mandato legal da Receita Federal."

De acordo com documentos obtidos pela Procuradoria-Geral da República, pelo menos um dos relatórios produzidos pela equipe especial de fraudes foi enviado para os investigadores da operação "lava jato".



Nesta terça-feira (26/2), a Secretaria da Receita Federal pediu ao Ministério da Justiça que seja aberto inquérito para investigar violação de sigilo funcional.

No despacho desta quarta, Bruno Dantas afirma que a Receita sempre evitou a fiscalização de suas contas e métodos de trabalho por meio de decisões judiciais. Para o ministro, essas decisões "podem ter resultado num quadro de completo descontrolo".

Clique [aqui](#) para ler o despacho do ministro Bruno Dantas.

Date Created

27/02/2019